

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 050

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 011ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE ABRIL DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Marcos Isfer.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beral- din, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quin- tana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba- lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero participar aos senhores Parlamentares que em relação à última Sessão Extraordinária, esta Presidên- cia tomou a seguinte decisão.

Solicito ao nobre deputado Fernando Guimarães a sua leitura.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

(Lê):

“Senhores deputados:

Comunico a V. Exas o recebimento, através do Protocolo nº 3015/2002, o Ofício nº 03, da diretoria de Assistência ao Plenário, dando ciência de que o projeto de Lei nº 173/98, de autoria do ilustre deputado Geraldo Cartário, que versa sobre a “autorização ao Poder Execu- tivo a instituir o plano de carreira dos servidores civis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/96”, teve o veto gover- namental rejeitado na Sessão Extraordinária de 09 de abril de 2002.

Todavia, o referido projeto já havia sido anterior- mente apreciado na Sessão Plenária Extraordinária de 05 de junho de 2001 (publicada no Diário da Assembléia desta), sendo naquela oportunidade mantido o veto do Exmo.Sr. Governador do Estado.

Submetido o expediente à douta Procuradoria Geral deste Poder, esta se pronunciou em parecer fundamentado nas Constituições Federal e Estadual, no Regimento Interno desta Casa, e ilustrado em hodiernas doutrina e jurisprudência, concluindo que:

“O ato de rejeição do veto praticado na Sessão Extraordinária de 09 de abril de 2002, com relação ao Projeto de Lei nº 173/98, ofende os princípios básicos de direito, sendo nulo, insanável, não produzindo nenhum efeito no mundo jurídico e revelando-se ina- dequado aos fins visados por contrariar as normas legais.

Evidenciada a nulidade absoluta, a anulação de ofício do ato inquinado por este augusto Parlamento em defesa da instituição e da legalidade de seus atos, é a medida legítima que se impõe, sendo pacífica essa orien- tação. Tanto que o Egrégio Supremo Tribunal Federal sumulou a questão (Súmula 473)”.

Acatando o parecer da Procuradoria Geral deste Poder e por se tratar de questão de ordem pública em que não se exige forma especial e sequer prazo deter- minado para a invalidação do ato, e sobretudo na defesa intransigente do prestígio e dignidade que pau- tam os atos e trabalhos deste parlamento, declaro, no uso das atribuições a mim conferidas pelos artigos 18, I e 20 XXIX do Regimento Interno, a nulidade da rejeição do veto ao Projeto de Lei nº 173/98, votado na Sessão Extraordinária de 09 de abril de 2002, com a conseqüente exclusão dos correspondentes registros oficiais.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 976**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, votação em bloco dos itens de 1 a 5, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 24.04.2002

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (**Pela Ordem**)

Por essas e outras é que de vez em quando eu sou chato nas Sessões, por acompanhar atentamente, através da minha assessoria, o que consta da ordem do dia, se ela está completa, se vem com os devidos pareceres, se os projetos passaram pelas Comissões competentes e, lamentavelmente, eu lembro que no dia em que votamos e que verificávamos a Ordem do Dia e que constavam cinco vetos de um só parlamentar.

Fiz a observação, até porque dentre aqueles cinco estava exatamente este projeto.

Não sei qual foi a razão e a iniciativa do porquê se colocar cinco vetos de um parlamentar numa Sessão Extraordinária. Não sei se foi com a intenção de alguma questão política entre o deputado e o Governo do Estado e se usou para isso a Assembléia, eu gostaria que, depois deste episódio e que os demais deputados se preocupassem um pouco com a Ordem do Dia.

Não é a primeira vez que ocorrem falhas, erros, projeto vindo para a Ordem do Dia, sem ter passado pelas Comissões competentes, sem ter recebido um parecer. Temos uma enorme responsabilidade e esta Casa passou vexame público, porque foi questionado o fato de um veto já ter sido votado anteriormente, votado aqui nesta Casa, quer dizer, um veto votado, mantido numa Sessão e derrubado na outra Sessão.

Encareço para que tenhamos um pouco mais de cuidado na confecção da Ordem do Dia, para que amanhã ou depois não passemos por vexame como esta Casa, infelizmente, passou nestes últimos dias.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não tenho dúvida e quero me somar com as palavras do deputado Algaci Túlio, e também quero dizer que concordo com a decisão que V. Exa. tomou à frente da Mesa, mas que, isto posto, precisamos identificar onde está o problema, porque pelo processo legislativo é difícil entender como um projeto foi colocado duas vezes para votar.

E mais, não dá mais para votar do jeito como estamos votando, vetos em bloco. Interesses díspares, interesses que não se relacionam e nós estamos vetando sem nenhuma análise, sem nenhuma condição. Está vindo de cima para baixo e isso tira o brilhantismo da Assembléia e nos coloca numa situação vexatória, como a que colocou.

Se V. Exa. como presidente da Casa decidiu junto com a reunião da Mesa, levar isso em consideração, este deputado entende que a Casa estaria buscando o seu aperfeiçoamento nos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência, em relação à votação em bloco, de vetos, sempre consulta o Plenário, e como o Plenário tem autonomia para decidir, sempre acompanhamos a sua decisão.

Aqui tem um requerimento para se votar todos os itens de hoje, em bloco e tenho que colocar o requerimento em votação, para que o Plenário decida.

A Presidência nunca tomou para si essa decisão.

Nós podemos, e antes, temos outra Sessão Extraordinária junto às Lideranças, tomarmos uma posição em relação a essa questão.

Existe um Requerimento nº 976 na Mesa de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens nº 1 a 5 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Retirado pelo autor.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, até pela postura que tomei até a instantes atrás, gostaria que primeiro nós não produzíssemos tantos projetos para serem vetados pelo Governo, que já está parecendo a usina de projetos de leis inconstitucionais que o Governo acaba de vetar.

Quer dizer, estamos produzindo leis que não são leis, que não têm finalidades, que não têm nada; só para agradar uns e outros e aqui me penitencio também na Comissão de Constituição e Justiça. E que comecemos agora a não votar em bloco mais, que tenha apostado ao projeto do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós fizemos até no início desse ano uma reunião com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça junto às Lideranças. E fizemos um apelo nesse sentido que V. Exa. está colocando. Que a Comissão de Constituição e Justiça teria que realmente tomar uma posição em relação aos projetos que não são constitucionais.

Às vezes por um apelo do colega se vota pela constitucionalidade, isso está realmente trazendo algumas dificuldades. Tanto é pelo enorme número de vetos que o poder Executivo tem feito a projetos aprovados nessa Casa de Leis.

Com a palavra, o deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Senhor presidente, vejo aqui os dois primeiros itens da pauta “autorizo o Governo a criar uma delegacia da mulher no Município”. Ora, é tarefa do governo, da Secretaria de Segurança. Então o projeto de lei autorizatório, tem dois erros aqui: primeiro de iniciativa do deputado; o segundo o veto do governador. Por que vetar, se é um projeto autorizatório? Demonstra apenas uma mágoa política, porque ele podia apenas acatar, pois é autorizatório.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Pela ordem quero manifestar a minha posição contrária de se votar em bloco, embora até concorde com os nobres parlamentares, com referência a alguns projetos. Mas depois de tantas e tantas vezes que temos debatido essa questão de se ampliar a prerrogativa do parlamentar legislar, vejo que a maioria desses projetos, não fossem justamente esses dispositivos constitucionais que nos impedem de propor determinadas coisas, todos estariam amparados pela vertente constitucional.

A nossa luta é justamente para impedir que o Poder Executivo, o Poder Judiciário e outros tantos, possam ter a condição de legislar maior do que nós.

Não vejo como inconstitucional a proposição de um deputado, que tenha interesse em ver instalado uma delegacia da mulher num determinado município.

Não vejo que isso possa ser inconstitucional. Hoje é por causa dos dispositivos que têm lá na Constituição.

Por essa razão é que não vou votar favoravelmente ao pedido para que seja em bloco, para que eu possa me manifestar individualmente em cada um dos processos.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, trata-se de projetos meramente autorizatórios, razão pela qual pedi a votação em bloco. Não vejo maiores implicações para que pudéssemos ter que votar individualmente com profundidade cada um dos projetos.

Mas, como nessa Casa sempre prevalece o equilíbrio, o bom senso e o entendimento, retiro o requerimento, para que V. Exa. como presidente, possa colocar em votação imediatamente o item 1 da pauta e depois seguirmos com as Sessões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no município de

Colombo. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 029/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o reconhecimento do Ofício nº 342/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 596/99, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 596/99, encontra-se publicado no DA nº 175/99, de 23/11/99)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 017/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 596/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Edson Strapasson, para encaminhar o veto.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente e senhores deputados.

Este projeto é de minha iniciativa e autoriza a criação de uma estrutura da Secretaria da Segurança Pública no município de Colombo, uma Delegacia da Mulher. É uma questão, como citou o deputado Durval Amaral, aonde nós não entendemos o veto, porque na verdade ele é meramente autorizatório e cabe a este Poder e tem sido regra nesta Casa, tendo em vista aquilo que o Deputado Pessuti até colocou, que é um dos grandes pleitos da

Assembléia Legislativa, do Brasil todo, visto a estreita canaleta de legislação que temos competência para legislar, esta Casa tem adotado a sistemática de aprovar inúmeros projetos autorizatórios e se eles são inconstitucionais, como diz a justificativa de veto.

Evidentemente quero crer que deva existir uma regra nesta Casa, onde todos os projetos de caráter autorizatório que tramitem nesta Casa deverão ser para eliminar o esforço, o período de atenção e até o trabalho dos senhores deputados, através de reuniões de comissões, através de discussões de plenário.

Eu acho que deveríamos economizar o dinheiro público que envolve o trabalho de muitos funcionários, o trâmite desta Casa, o debate, enfim, acho que todos os projetos devam ser por esta Casa, de antemão, entendidos como inconstitucionais.

Na verdade, o projeto é constitucional e é quanto ao seu mérito, é louvável, justificável, e deveria o governo aproveitar uma grande oportunidade de implantar um setor de delegacia, de atendimento à mulher, num município que tem 200 mil habitantes e não tem sequer um serviço deste tipo.

É evidente que esta Casa usa esses projetos de modo a sensibilizar o governo naquilo que é obrigação e dever do Poder Executivo, especialmente na área de segurança pública, pela carência que tem, para não submeter as mulheres, dezenas, centenas de mulheres que são diariamente submetidas ao constrangimento quando são agredidas por maridos ou outra ocasião, tendo que dar depoimento a um escrivão, de sexo masculino, a um delegado - masculino; e que muitas vezes a mulher acaba omitindo na sua declaração, no seu depoimento para o inquérito policial, aquilo que realmente ocorreu, pelo constrangimento a que é submetida.

Esse projeto é algo que o governo deveria acatar e implantar, porque é realmente o reconhecimento da necessidade de um serviço tão importante e uma valorização à mulher. Não é possível que o governo do Estado vete um projeto de tamanha envergadura. Não é possível que o governo Jaime Lerner e que os deputados desta Casa, quero crer, vão impedir o veto, impedindo a criação desse importante serviço e colocando a mulher no terceiro milênio ao constrangimento, à humilhação de serem ouvidas ou averiguadas nas questões mais íntimas.

Peço aos deputados a derrubada do veto, não por ser um projeto meu, mas por ser uma realidade emergencial, onde precisamos implantar urgentemente, esse serviço. E peço aos senhores deputados da Bancada do Governo, que votem pela derrubada do veto. Não como gesto de oposição, mas como respeito às mulheres do município de Colombo, do Estado do Paraná, e o respeito que, quero crer, tenham os senhores deputados a importante serviço, que muitas vezes foi aqui abordado, questionado e justificado.

Obrigado, e peço aos deputados a derrubada do veto, do item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o senhor 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)
(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e um deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Designo os deputados Sérgio Spada, Edno Guimarães, Duílio Genari e Neivo Beraldin, para comporem a comissão de apuração.

(**Apuração dos votos**)

Trinta e um deputados votaram. Vinte e cinco votaram não e seis sim.

Está mantido o veto.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher no município de Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG nº 030/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o reconhecimento do Ofício nº 378/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 046/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(**O Projeto de Lei nº 046/2001, encontra-se publicado no DA nº 013/2001, de 12/03/2001**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 018/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 046/2001, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar a Delegacia da Mulher, no município de Dois Vizinhos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Não temos número nem para continuar a Sessão.

Gostaria que houvesse uma verificação de quórum para prosseguirmos ou não.

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

Solicito ao senhor 1º secretário que faça a chamada e assim constataremos se existe número ou não.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Fernando Guimarães**)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (**José Maria Ferreira**)

16 senhores deputados presentes. Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 29, logo após a término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579,2001; 034, 035, 126 e 135/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 109, 212 e 381/2000; 112, 271, 299, 363 e 679/2001 e 091/2002.

Levanta-se a Sessão.